

Lista unitária vence em escola de Matosinhos

PORTO (da nossa delegação) — A lista "A" ("por um ensino ao serviço dos trabalhadores-estudantes") venceu na segunda volta as eleições para a Associação de Trabalhadores-Estudantes da Escola Industrial e Comercial de Matosinhos.

A necessidade de um segundo acto eleitoral deveu-se ao facto de nenhuma das cinco listas concorrentes ter obtido uma percentagem de 50 por cento mais um. A lista "A", faltaram apenas 14 votos para conseguir aquela margem.

Segundo um comunicado da lista vencedora, a afiliação às urnas não foi muito elevada (votaram 1200 estudantes), em consequência da "má actuação da Associação anterior que era conjunta dia/noite". O acto eleitoral foi marcado para a última semana de aulas, sobrecarregada de exercícios de avaliação para as classificações do segundo período.

A tomada de posse da nova Associação de Estudantes está prevista para os primeiros dias de aulas do terceiro período.

POPULARES LIVRARIAS

SETÚBAL

AV. ANGOLA, 29-A
(BARRIO DO LICEU)

LIVRARIA MUNDO NOVO

LIVROS • DISCOS • SELOS
CASSETTES • POSTERS • MEDALHAS

ASSEMBLEIA DE ESCOLA DECIDE

Faculdade de Ciências não interromperá os seus trabalhos

A Assembleia Geral da Faculdade de Ciências de Lisboa, que se reuniu ontem na Reitoria da Universidade, afirmou "a determinação unânime da Faculdade de não interromper o seu trabalho" e sublinhou a necessidade de o Ministério da Educação e Cultura "proporcionar imediatamente" instalações provisórias, "de forma a não destruir a unidade funcional da escola".

Participaram na reunião cerca de dois mil professores, alunos e trabalhadores da Faculdade de Ciências. Foi aprovada uma moção subscrita pelo presidente da Mesa da Assembleia de Representantes, pelos conselhos Directivo, Científico e Pedagógico, pela Comissão de Trabalhadores e pela Direcção da Associação de Estudantes, nos termos da qual a assembleia da escola decide "assumir o compromisso público de levar a bem, no mais curto espaço de tempo, a reformulação dos seus planos de estudos e a diversificação das licenciaturas que ministram, com o propósito de fornecer ao país, nos seus domínios próprios, os profissionais necessários, devidamente preparados". Em particular, a Faculdade reafirma "a sua competência para continuar a garantir a formação integral dos professores de ciências do ciclo preparatório e do ensino secundário, rejeitando qualisquer projectos pedagógicos anacrónicos do ramo educacional das licenciaturas em Ciências".

A assembleia "lamenta emocionalmente os imensos prejuízos culturais e materiais que o sinistro acarretou" e exige das autoridades competentes uma "pronta investigação das origens do incêndio e o castigo exemplar dos culpados", no caso de se confirmar a origem criminosa do fogo.

No documento sublinha-se que as deficientes condições de segurança do edifício da escola, "herdadas do tempo do fascismo", foram repetidas vezes assinaladas pelos órgãos de gestão da Faculdade aos Ministérios da Educação e Cultura e das Obras Públicas. "os quais, não tendo tomado a tempo as medidas que se impunham, não se podem furtar a uma quota de responsabilidade quanto à extensão do sinistro".

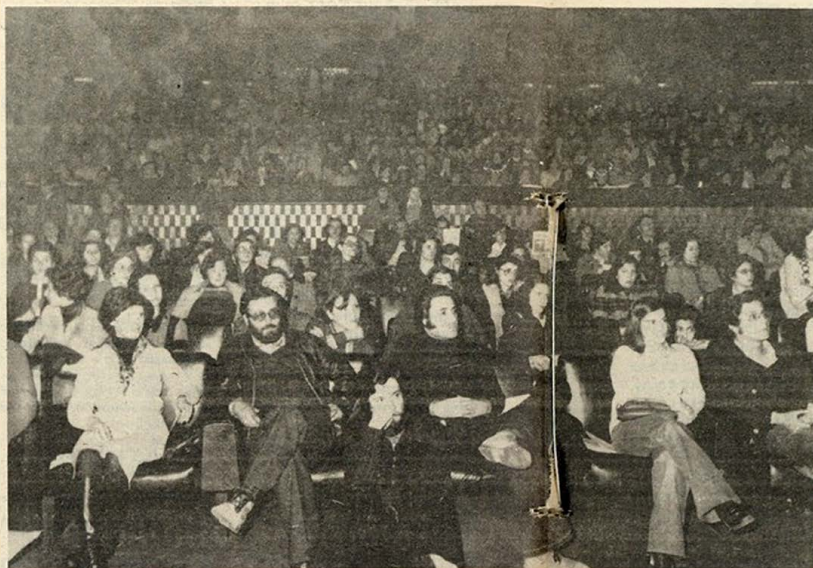
A Assembleia Geral da Faculdade de Ciências, prossegue a moção, "afirma a determinação unânime desta Faculdade não interromper o seu trabalho, assegurando no momento a continuidade e o prosseguimento das actividades do presente ano lectivo, instalações provisórias tão adequadas quanto possível, que o ministério, ouvida a Faculdade, lhe deverá proporcionar imediatamente, de forma a não destruir

a unidade funcional da escola, a qual também exclui a dispensa de serviços de qualquer docente, ou outro trabalhador actualmente a ela vinculado".

EVITAR PREJUÍZO DOS ALUNOS

Nos termos de uma proposta aprovada pela Assembleia da FCL, foi decidido que "todas as provas de avaliação de conhecimentos que estavam marcadas entre 18 de Março e a Páscoa se realizem no Anexo entre 30 de Março e 8 de Abril". O documento acrescenta que "no caso de cadeiras cuja parte prática não pode ser sujeita a avaliação em resultado do incêndio, essa parte não será incluída na avaliação de conhecimentos, não havendo portanto prejuízo dos alunos".

A assembleia decidiu ainda



convocar nova reunião para o dia 4 de Abril, às 14 e 30, no mesmo local.

A propósito de uma notícia publicada por um matutino reaccionário de extrema-direita, o plenário da escola aprovou uma moção em que "repudia veementemente" os órgãos de informação "que tentam ilibar agentes terroristas e lançar culpas sobre a Associação de Estudantes".

OFENSIVA TERRORISTA SIMULTÁNEA

Um comunicado do Secretariado Nacional do MDP/CDE chama a atenção para uma série de acontecimentos, quase simultâneos, em Itália, Espanha e Portugal, durante a semana que findou.

"A sua simultaneidade, cariz profundamente criminoso, terrorista e provocatório, na semana exacta que precede o voto decisivo dos franceses nas eleições para a sua Assembleia Legislativa", sublinha o comunicado, "dão claros indícios de uma grande ofensiva das forças da extrema-direita no plano internacional".

Os professores comunistas do Ensino Superior da DORL, depois de salientarem que "esta triste ocorrência vem, uma vez mais, evidenciar a irresponsabilidade da actual equipa dirigente do MEC", exigem "que a opinião pública seja rapidamente esclarecida sobre os motivos que levaram o MEC a ignorar os relatórios que oportunamente lhe foram enviados pela Escola e a protelar a construção de novas instalações, há muito previstas".

Alguns dos poderes de Rui Pena no MRA

«Compete ao ministro da Reforma Administrativa dirigir a política geral do Ministério, coordenando e orientando superiormente a sua acção e superintendendo o directamente sobre todas as actividades a emprender no domínio da Reforma Administrativa», declara o número 1 do despacho normativo, assinado por Rui Pena, titular daquele departamento governamental, ontem publicado no Diário da República.

Ficam na dependência directa do ministro do CDS no Governo que este partido constituiu com o PS «os grupos de missão» comissões a criar no espaço de implementação dos programas da reforma administrativa, bem como as actividades que no âmbito dos diversos serviços do Ministério se desenvolvem no mesmo sentido e a definição das linhas gerais da respectiva coordenação.

Rui Pena, titular do Ministério criado com a formação do actual executivo, superintende também nas Direcções Gerais da Organização Administrativa; da Fazenda; da Administração Civil; e dos «estantes» serviços que dependiam da extinta

Secretaria de Estado da Integração Administrativa. Quanto ao secretário de Estado da Administração Pública, estabelece também o despacho normativo, compete-lhe «coordenar e orientar a acção dos serviços na sua dependência, acompanhando as acções a emprender no domínio da reforma administrativa», e ficam da «sua dependência directa» a Direcção Geral da Função Pública e o Serviço Central de Pessoal. Por outro lado, é ainda da sua competência fixar as condições que corram pela Direcção Geral da Administração Civil e decidir sobre os pareceres relativos a aquisições de serviços e material informático que corram pela Direcção Geral da Organização Administrativa.

O secretário de Estado fica igualmente incumbido de «despachar os pareceres relativos a diplomas respeitantes a reestruturações orgânicas e alterações das condições gerais de prestação de trabalho e dos quadros do pessoal do funcionalismo público, nos termos do artigo 1.º do decreto-lei nº 362/75, de 10 de Julho, cuja harmonização passará a ser feita pelo respectivo Gabinete».

Morais da Silva recebeu condecoração

O Presidente da República, general Ramalho Eanes, condecorou ontem com a Grã-Cruz da Ordem Militar de Cristo o tenente-coronel da Força Aérea, José Alberto Morais da Silva.

No preâmbulo da portaria que atribuiu esta condecoração, o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas louva o tenente-coronel Morais da Silva "pelas notáveis qualidades profissionais e virtudes militares e civis evidenciadas durante o período em que exerceu, como general graduado, as funções de Chefe do Estado-Maior da Força Aérea. A cerimónia de condecoração, que decorreu no Palácio de Belém,

assistiram o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, general Lemos Ferreira, o Chefe do Estado-Maior da Armada, almirante Souto Cruz, os conselheiros da Revolução pela Força Aérea, major Canto e Castro e coronel Ribeiro Cardoso, um dos representantes da Armada no Conselho da Revolução, comandante Almeida e Costa, além de oficiais superiores da Força Aérea.

Atribuição da condecoração ao tenente-coronel Morais da Silva fora anunciada publicamente em Novembro do ano passado por altura das comemorações dos acontecimentos do 25 de Novembro realizadas em Tancos.

NATO arma Portugal através da RFA

O embaixador da República Federal da Alemanha, prof. Fritz Caspari, fez ontem a entrega ao Exército Português de 18 carros de combate do tipo M 48-A5.

Este armamento constitui uma parte das medidas de apoio, acordadas nos termos do art. 3.º do Tratado do Atlântico Norte, entre os parceiros do pacto.

Para poder fazer a entrega dos carros de combate ao Exército Português, no mais breve espaço de tempo, a RFA pôs à disposição 18 carros de combate do tipo M 48-A2 dos efectivos das suas Forças Armadas, tendo mandado equipar

os mesmos para o tipo M 48-A5 nos Estados Unidos da América.

A RFA suportou todas as despesas da colocação à disposição dos carros, do transporte para os EUA, reequipamento e transporte para Portugal. O reequipamento abrange, além de uma reparação completa dos carros de combate, a substituição dos motores originais a gasolina por motores a diesel e dos canhões de calibre 95 mm por canhões modernos de calibre 105 mm. A título adicional, procedeu-se à modernização de todo o equipamento de telecomunicações.

ALOJAMENTO DE RETORNADOS Termo de responsabilidade terminou ontem

Cessou ontem o "termo de responsabilidade" das entidades oficiais quanto ao alojamento de retornados em unidades hoteleiras. Isto no que diz respeito, nomeadamente, à população activa, fora, portanto, do âmbito definido pelo Conselho de Ministros. Esta medida é "mais uma tentativa na oninuidade de um esforço no sentido da total evacuação das unidades hoteleiras", segundo o Alto Comissariado. Para o IARN, citado pela

ANOP, o prazo que ontem terminou não significa "que se vai peir alguém na rua", pois não fecharemos a porta aos casos pendentes que merecem atenção especial e que virão a ser encarados subsequentemente". O abandono das unidades hoteleiras pelos desalojados, de acordo com elementos do IARN e do Alto Comissariado para os Desalojados, tem-se processado "a um ritmo normal", uma vez que "as pessoas em causa têm acedido às opções que lhe têm sido oferecidas, salvo raras excepções".



Basílio Horta e Escaja Gonçalves durante a conferência de imprensa em que o primeiro anunciou as medidas tomadas pelo Ministério do Comércio Interno e Turismo e o segundo defendeu a "teoria do caixote do lixo".

MINISTRO DO COMÉRCIO PROMETE Bacalhau e azeite no mercado e fiscalização mais rigorosa

Uma grande campanha de fiscalização sobre preços ao consumidor, e a colocação no mercado de sete mil toneladas de bacalhau e de um milhão de litros de azeite, importados, respectivamente, da Islândia e Noruega e da Espanha, foram anunciadas ontem pelo ministro do Comércio Interno e Turismo, Basílio Horta.

Na mesa que presidiu à conferência de imprensa, para além do titular da pasta do Comércio e Turismo, estava ainda o secretário de Estado do Comércio, Escaja Gonçalves.

Quanto à fiscalização, Basílio Horta, defendeu a necessidade de, de quando em vez, ela se intensificar, dado que «a maioria dos comerciantes são honestos, mas há pessoas que não têm escrúpulos». Donde ser necessário, «em determinados períodos, rentabilizar e otimizar a fiscalização». Para essa optimização, o ministro anunciou o reforço da fiscalização com mais 65 brigadas, que actuarão em locais determinados, que não foram divulgados, obviamente, durante dez dias, tempo de duração da campanha.

Quanto ao bacalhau será distribuído durante esta semana (começou ontem) e a distribuição é feita satisfazendo as requisições que dão entrada na Comissão Fiscalizadora do Comércio do Bacalhau. Basílio Horta afirmou que já está, neste momento, a pensar-se na melhor distribuição possível para o próximo Natal.

«Fazemos votos — diria a propósito do mesmo assunto — para que a campanha

nacional deste ano seja substancialmente melhor do que a do ano passado».

Quanto ao «cabaz de compras», o ministro anunciou um próximo encontro com os órgãos de comunicação social, para se falar exclusivamente dessa matéria.

Depois, Basílio Horta diria que «o país tem necessidade de se consciencializar de que não podemos continuar neste caminho de importações tão elevadas de bens alimentares. Há que aumentar rapidamente a produção interna».

Na sequência das perguntas feitas por alguns jornalistas presentes, seria abordado o problema dos desperdícios, o que daria azo a que Escaja Gonçalves defendesse a tese do «caixote do lixo». Diria o secretário de Estado que «o caixote do lixo é, muitas vezes, um exemplo flagrante de como se desperdiçam coisas neste país».

ANO PROPEDÉUTICO Alunos de Bragança enviam carta-aberta a Cardia

BRAGANÇA — Há muito que deixou de ser notícia a análise crítica ao ano propedéutico, afirmam numa carta-aberta dirigida ao ministro da Educação os alunos do distrito de Bragança que frequentam esta original fileira escolar.

No capítulo das «dificuldades» acentuam estes estudantes que «na época de Inverno, durante dias seguidos, não houve, sequer recepção televisiva, além de que existem localidades que não possuem energia eléctrica». A «inexistência do segundo canal impede os trabalhadores-estudantes de acompanhar as aulas» e o apoio em material de consulta, por parte das bibliotecas, é «deficiente, mesmo péssimo», recorda o documento endereçado ao MEC.

Acrescenta: «se os textos se baseiam nas lições transmitidas há uma flagrante injustiça entre os alunos das zonas centrais e os que encontram limitados pelas circunstâncias referidas».

A solução, «por exemplo, sr. ministro» — aponta a carta-aberta — «poderia encontrar-se estabelecendo um critério de avaliação dos testes que compensasse aquelas limitações». Ao mesmo tempo — reclamam os estudantes — «não seria possível um programa de apoio ao ano propedéutico».

propedéutico mais vasto e que completasse o que é feito através dos textos de apolo?»

COLOQUIO EM LETRAS

António Hespanha e Lúcia Lepek, dois conhecidos especialistas, um mais ligado à investigação pedagógica e outra à investigação literária (publicou recentemente um ensaio sobre a obra de Cardoso Pires), orientam hoje um colóquio na Faculdade de Letras de Lisboa subordinado ao tema «o neo-realismo em Portugal».

O colóquio decorre no anfiteatro 1, às 16 horas, e insere-se na actividade de apoio supletivo ao ano propedéutico que desenvolve a «Comissão Dinamizadora do Propedéutico da Academia de Lisboa» (CDPAL). Com efeito o assunto que vai debater-se no colóquio constitui matéria de estudo e exame dos programas do ano propedéutico.

PUB.

AOS TRABALHADORES DA FUNÇÃO PÚBLICA DA ADM. CENTRAL, REGIONAL E LOCAL A LUTA CONTINUA!

As Direcções dos Sindicatos subscritores da PRC reuniram-se em plenário nos dias 19 e 20 de Março de 1978, a fim de, na sequência das conclusões do plenário de 16 de Março, "programar as formas de luta a adoptar", caso o Governo "até ao dia 23 do corrente não mostre a sua real disposição em negociar a PRC", dando nomeadamente respostas claras no que respeita à alteração do montante global para aumentos salariais, à entrega da totalidade do anteprojecto da Lei de Bases e ao estabelecimento de um calendário de negociações dessa Lei com indicação da data limite do seu envio à Assembleia da República.

Assim, tendo em consideração que: — Após a grande jornada de lutado dia 10 de Março, as Direcções Sindicais declararam publicamente de novo, estarem dispostas a continuar a negociação da proposta apresentada ao Governo; — Apesar disso, o Conselho de Ministros afirmava a 14 de Março que as reuniões a realizar com os Sindicatos da Função Pública "não poderão assumir forma negociada", contrariando assim, frontalmente, o compromisso assumido em comunicado conjunto pelo Ministro da Reforma Administrativa, em 2 de Março, de reiniciar negociações com os Sindicatos; — Por outro lado, e apesar dos esforços desenvolvidos pela CNS, o Ministro da Reforma Administrativa não recebeu até agora os Sindicatos, limitando-se a enviar-lhes parte do seu anteprojecto da Lei de Bases, acompanhado de um Ofício, cujo teor ainda mais vem reforçar a ausência total de garantias de que as negociações irão prosseguir; — O próprio anteprojecto da Lei de Bases omite, deliberadamente, um dos seus capítulos fundamentais — o referente aos direitos colectivos dos trabalhadores; — O êxito da greve do dia 10 de Março demonstrou claramente que os TFPs estão unidos, solidários com as suas Direcções Sindicais e firmemente dispostos a lutar pelas suas reivindicações;

DECIDIRAM:

1. Iniciar a partir de hoje, dia 20 de Março, uma ampla campanha de esclarecimento e sensibilização da opinião pública;
2. Pedir entrevistas de urgência aos seguintes órgãos de soberania: — Presidente da República; — Conselho da Revolução; — Assembleia da República (Presidente, Grupos Parlamentares, Comissão de Administração Interna e Poder Local e Comissão de Trabalho); — Primeiro-Ministro;
3. Propor aos trabalhadores o gradual endurecimento da luta iniciada com a Jornada de 10 de Março, através de: — 1 dia de greve nacional em 6 de Abril — 2 dias de greve na semana seguinte, caso o Governo mantenha a sua posição de intransigência.
4. Propor a realização de reuniões dos órgãos deliberativos próprios de cada Sindicato, para a semana de 17 a 22 de Abril, a fim de ser analisada a situação e decidida a continuação de luta.
5. Intensificar a realização de amplas reuniões de esclarecimento e mobilização dos trabalhadores e programar sessões conjuntas a levar a cabo pelos diversos Sindicatos.

Lisboa, 20 de Março de 1978

As Direcções Sindicais

NOTA: Os Sindicatos dos Professores subscritores da PRC, pelo facto de estarem empenhados num processo autónomo de luta pelo direito à negociação com o MEC de uma Plataforma Reivindicativa Nacional dos Professores, não podem subscriver as formas de luta hoje propostas. Manifestam, porém, a sua solidariedade com os demais TFPs, com a luta pela defesa da Proposta Reivindicativa Comum e porão à discussão da classe as medidas a adoptar, em ordem à integração de duas lutas que têm um objectivo comum: a abertura de negociações entre os Sindicatos e o Governo.

NOTÍCIAS BREVES

■ RDA — Um representante da empresa portuguesa Anibal H. Abrantes assinou, durante a Feira de Leipzig, que se efectuou na RDA, novos contratos para fornecimento de moldes para a indústria de plásticos, no valor de milhares de contos.

■ VINHOS VERDES — Por iniciativa do Fundo de Fomento de Exportação Português em Londres, vai realizar-se, durante este ano, a "primeira grande campanha de promoção dos vinhos verdes em Inglaterra".

■ FORÇA AÉREA — Parte hoje, para os Açores, o chefe do Estado Maior da Força Aérea, general Lemos Ferreira, em visita de trabalho ao Comando Aéreo daquele arquipélago.

■ SEMINÁRIO — A Direcção dos Serviços de Telecomunicações dos CTT promove amanhã, pelas 9 horas, no número 79 da rua Conde Redondo, um seminário sobre o tema: "O cálculo das probabilidades: Pascal, Fermat e Huygens". A sessão será orientada pelo dr. Gustavo de Castro.

■ SESSÃO POLÍTICA — No Clube Columbófilo da Figueira da Foz, efectuou-se, no sábado passado, uma sessão de esclarecimento, durante a qual Joaquim Gomes, membro da Comissão Política do CC do Partido Comunista Português, falou do actual momento político. No final da sessão, houve um debate que durou cerca de duas horas.

Conselho Nacional do PPD «estimula» militantes

O Conselho Nacional do PPD/PSD, reunido no último fim-de-semana em Santarém, decidiu dar todo o "estímulo" aos militantes "que se esforçam por implantar a social-democracia nos diversos sectores da sociedade portuguesa".

No comunicado aprovado no final da reunião e ontem divulgado, os dirigentes pepédistas afirmam "a grande preocupação do PSD pela progressiva deterioração do nível e qualidade de vida dos portugueses". "As recentes medidas de austeridade anunciadas pelo Governo — declaram — são uma verdadeira confissão do fracasso da política económica prosseguida pelo 1.º Governo do dr. Mário Soares".

Manifestando-se fiéis às "grandes linhas de orientação aprovadas pelo Congresso do Porto", o Conselho Nacional do PPD/PSD diz que, "enquanto não houver uma política económica justa, clara e bem definida, não existirão perspectivas de salvação nacional nos domínios da política económica e social, nem perspectivas de melhoria das condições de vida dos portugueses".

Ao mesmo tempo, exige a aplicação da "lei Barreto" e da lei pepédistas do arrendamento rural, que considera "alicerces para uma verdadeira política agrícola democrática". O Conselho classifica o Governo PS/CDS de "social-conservador", "mais apto na tentativa de impor a sua



O presidente da Comissão Política (Souto Franco) e o secretário-geral (Sérvulo Correia) do PPD/PSD divulgam ontem, em conferência de imprensa, as conclusões da reunião do Conselho Nacional daquele partido.

vontade sem diálogo com as oposições do que no visentenciar de actuações com vista à resolução dos problemas concretos". "Para tanto — acrescenta — não hesita em avançar na partidarização dos órgãos de comunicação social, nomeadamente os estatizados, em violação da Constituição, com risco grave do pluralismo

democrático e da própria liberdade de expressão". O mesmo órgão dirigente do PPD/PSD congratulou-se, durante a reunião, com a vitória de listas de direita nos sindicatos dos Bancários e Seguros do Norte e reafirmou o seu apoio à lista "D" concorrente às eleições para os corpos gerentes dos Bancários do Sul e Ihas.